



Olhar o Sul

Manuel Ennes Ferreira

mferreira@iseg.ulisboa.pt

AJUDA E OS DOIS LADOS DA MOEDA

Qual o papel da ajuda externa, nomeadamente da ajuda pública ao desenvolvimento, no apoio ao desenvolvimento económico e social, na promoção de um Estado de direito ou no contributo para a estabilização política dos países recetores? Este é um debate aceso, e ainda bem, pois, em média, os resultados ficam aquém da realidade. Tentar perceber a ineficácia da ajuda encontra explicações académicas para todos os quadrantes. O tiro de partida é a meta de 0,7% do rendimento nacional bruto que os países doadores devem observar. Em média nunca foi alcançada e nos últimos anos situa-se em cerca de 0,3%. Há quem seja otimista sobre o papel da ajuda no crescimento, argumentando que a ajuda ‘preenche’ os *gaps* do investimento e das exportações que erodem o crescimento. Autores “pessimistas” referem que, longe de ser uma panaceia para os países em desenvolvimento, a ajuda só promove o crescimento sob condições económicas ou políticas benéficas. Outros destacam que a consideração de que a ajuda é positiva no crescimento nada mais é do que um “mito”. A série de testes empíricos da relação

Resultados e intenções não vão a par. É a ajuda internacional um mito?

entre ajuda e crescimento só acrescentou mais ambiguidade, uma vez que os estudos relatam não encontrar impacto significativo da ajuda no crescimento em qualquer uma das direções. Outra perspectiva defende que há um efeito não linear na relação ajuda-crescimento, em virtude dos rendimentos decrescentes da ajuda. Finalmente, uma literatura assenta no fator ‘condicionalidade’, argumentando que a ajuda funciona se o recetor aplicar boas políticas, ou que a ajuda é benéfica em doses corretas mas prejudicial ou ineficaz se em sobredoses ou, ainda, que a ajuda funciona se existirem instituições governamentais credíveis. Se tudo isto remete para o lado dos países beneficiários da ajuda, há que olhar igualmente para o outro lado da equação, que são os países doadores. A ajuda é claramente um instrumento de política externa, ou seja, ela é decidida tendo em conta interesses económicos, políticos, geoestratégicos, etc., que assentam no ‘interesse de Estado’ e na complementaridade com os interesses privados. As doses variam, é certo, e as modalidades também. Daqui que se cataloguem alguns destes países como altruístas, outros de egoístas e finalmente os neutros. Como os países em desenvolvimento, e numa maior percentagem os países da África Subsaariana, têm um problema grave de financiamento, recorrem à ajuda pública, que preenche grande parte dessa necessidade. E os resultados são bastas vezes inócuos. Continuaremos na próxima crónica.

Professor do ISEG/ULisboa